



**COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA**

CNPJ Nº 72.372.998/0001-66



	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
Imóveis	25 a 30 anos			
Instalações	10 anos			
Equipamentos	5 a 10 anos			
Outros	3 a 5 anos			
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário. Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada. A Sociedade avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização. O ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização. <b>Arrendamento</b> - No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é, ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, quando a Sociedade obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período de tempo, em contrapartida de uma contraprestação. A Sociedade reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Sociedade. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Sociedade. O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.				
<b>13. Processos judiciais:</b> A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos ambientais, trabalhistas e tributários. A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos. <b>Processos judiciais provisionados</b> - A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações cuja saída de recursos são consideradas prováveis. <b>Processos judiciais não provisionados</b> - Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir: <b>Processo ambiental</b> - A Sociedade é parte em duas ações de natureza ambiental em que a Sociedade avaliou que o risco de perda é possível. A primeira é uma Ação Civil Pública movida contra a Sociedade em relação a materiais gerados pela escavação na área de estocagem do terminal portuário, no valor de R\$ 162.244 (R\$ 147.773 em 2024). Na segunda ação, a Sociedade e demais empresas do porto de Itaguaí foram ajuizadas pela possível poluição causada, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 94.452 (R\$ 77.074 em 2024). <b>Depósitos judiciais</b> - Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.				
	<b>Provisões para processos judiciais</b>	<b>Passivos contingentes</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2025
Processos ambientais	333	300	261.340	235.952
Processos trabalhistas	1.653	1.324	-	23
Processos tributários	484	457	22.828	17.728
<b>Total</b>	<b>2.470</b>	<b>2.081</b>	<b>284.168</b>	<b>253.703</b>

**Política contábil:** Uma provisão é reconhecida quando a diretoria jurídica e seus consultores jurídicos avaliam que: (i) existe uma obrigação presente originada de evento passado, (ii) é provável que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser mensurada. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

**14. Passivo ambiental:** Em 2025, a Sociedade recebeu do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro uma notificação solicitando estudos de investigação confirmatória de solo e água subterrânea do terminal onde opera, a fim de investigar a antiga área de descarte de efluentes do sistema separador de água e óleo. Com isso, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 2.979 para continuidade na investigação ambiental para remediação da possível área contaminada.

**15. Patrimônio líquido:** **a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social é de R\$ 408.545, correspondendo a 408.544.710 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal. Em 10 de julho de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 195.099, mediante a emissão de 195.098.306 novas ações ordinárias, com valor unitário de R\$ 1,00, subscrita e totalmente integralizadas pela Vale pela capitalização de: (i) R\$ 121.089 relativo a dividendos obrigatórios e complementares declarados na AGOE realizada em 31 de julho de 2023, e (ii) R\$ 74.009 relativo a dividendos obrigatórios e adicionais declarados na AGO em 10 de julho de 2024. **b) Reserva legal** - As sociedades anônimas têm a obrigação de reter 5% do lucro líquido anual, até o limite de 20% do capital social. Em 2025, foram destinados o montante de R\$ 9.005 para composição do saldo desta reserva (R\$ 5.578 em 2024). **c) Reserva de investimento** - Tem como finalidade assegurar a manutenção e cumprimento ao orçamento de investimentos da Sociedade. Em 2025 e 2024, não houve destinação em Assembleia Geral Ordinária de montantes para incremento ou redução da reserva de investimentos. **d) Remuneração aos acionistas da Sociedade** - Conforme alteração do estatuto social em 2024, a remuneração aos acionistas passou de 50% para 25% do lucro líquido do exercício (após constituições de reservas), sendo constituído a obrigação com os dividendos mínimos obrigatórios conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>180.094</b>	<b>111.564</b>
Alocação para reserva legal	9.005	5.578
Dividendos mínimos obrigatórios	42.772	26.497
Dividendo adicional proposto (condicionado à aprovação em assembleia de acionistas)	128.317	79.489
<b>Remuneração total do exercício</b>	<b>180.094</b>	<b>111.564</b>

Em 31 de dezembro de 2024, a totalidade do lucro líquido apurado no exercício de 2024 foi proposta para distribuição aos acionistas, sendo R\$ 26.497 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 79.489 como dividendos adicionais propostos. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), realizada em 12 de junho de 2025, que foram pagos em 10 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, a parcela remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal no montante de R\$ 9.005, foi destinada a dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 42.772 e o saldo remanescente, em montante de R\$ 128.317 destinado a reserva de dividendo adicional proposto, conforme preconizado pelo ICPC 08.

**16. Partes relacionadas:** Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber com partes relacionadas - Vale S.A.	9	53.962
<b>Passivo circulante</b>		
Contas a pagar com partes relacionadas - Vale S.A.	9	2.297
Dividendos a pagar - Vale S.A.	15	42.772
		26.497

Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Receita de serviço prestado - Vale S.A.	649.721	501.769
Custo do serviço prestado - Vale S.A.	(730)	(3.430)

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas.

**17. Classificação dos instrumentos financeiros**

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	274.006	264.793
Contas a receber	54.015	-
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>328.021</b>	<b>264.793</b>
Fornecedores	45.216	35.654
Arrendamento	72.240	221.392
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>117.456</b>	<b>257.046</b>

**Política contábil:** A Sociedade classifica os ativos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Sendo que na data base destas demonstrações financeiras a Sociedade somente possui instrumentos financeiros classificados como custo amortizado. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

**18. Gestão de riscos:** **a) Gestão de risco de liquidez e capital** - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Caso a Sociedade tenha dificuldade para liquidar seus compromissos, a Vale suprirá a defasagem de caixa. **b) Gestão de risco de crédito** - A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável. (i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial. (ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação. **c) Gestão de risco de mercado** - A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

**Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos**

- Diretores**  
Rodrigo Vasconcelos Santos  
**Diretor**  
Carlos Henrique da Silva Oliveira  
**Diretor**  
Luciana Rocha de Oliveira e Silva  
**Diretora**
- Responsáveis Técnicos**  
William da Silva Macedo  
**Contador**  
CRC-RJ 104571/O-2  
Cecilia Fernandes Albuquerque  
**Gerente de Controladoria**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Portuária Baía de Sepetiba **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Portuária Baía de Sepetiba ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Portuária Baía de Sepetiba em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou

erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 8 de maio de 2026  
PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5  
Patrícia Seoane Azevedo - Contadora - CRC 1BA040103/O-0



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>